



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

2016

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 6	2 0 1 5
Circulante	28.497	28.724
Caixa e Equivalentes de Caixa..... 7.1	3.562	738
Consumidores 7.2	14.107	15.282
Serviços em Curso 7.3	611	905
Tributos a Compensar 7.4	543	862
Depósitos Judiciais e Cauções 7.6	61	48
Ativos Financeiros Setoriais 7.5	2.495	4.149
Créditos a Receber 7.7	5.154	4.373
Estoques 7.8	1.823	2.053
Despesas Antecipadas 7.9	141	314
Não Circulante	77.701	80.779
Aplicações Financeiras 7.10	288	290
Tributos a Compensar 7.4	113	279
Depósitos Judiciais e Cauções 7.6	370	169
Ativos Financeiros Setoriais..... 7.5	0	3.272
Ativos Financeiros da Concessão 7.11	4.375	49.109
Outros Créditos..... 0	659	455
Despesas Antecipadas 7.9	136	245
Intangíveis - em Serviço..... 7.11	70.378	26.117
Intangíveis – em Curso..... 7.11	1.382	843
TOTAL DO ATIVO	106.198	109.503

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2016	2015
Circulante	42.134	34.731
Fornecedores 7.12.1	6.048	6.989
Empréstimos e Financiamentos 7.12.6	8.811	8.508
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.12.2	1.122	1.002
Tributos 7.12.3	13.040	6.605
Dividendos Declarados -	34	34
Encargos Setoriais 7.12.4	10.580	10.682
Passivos Financeiros Setoriais..... 7.5	1.950	17
Outras Obrigações 7.12.5	549	894
Não Circulante	34.561	43.142
Fornecedores 7.12.1	1.479	2.096
Empréstimos e Financiamentos 7.12.6	23.117	24.724
Tributos 7.12.3	8.464	11.507
Passivos Financeiros Setoriais 7.5	0	3.272
Outras Obrigações 7.12.5	0	117
Provisões Passivas 7.12.7	1.501	1.426
Patrimônio Líquido	29.503	31.630
Capital Realizado Atualizado 7.13.1	8.300	8.300
Reservas de Capital 7.13.2	143	124
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.13.3	30.102	29.769
Prejuízo Acumulado 7.13.4	(9.042)	(6.563)
TOTAL DO PASSIVO	106.198	109.503

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2016	2015
RECEITA OPERACIONAL	7.15	120.612	130.221
Fornecimento de energia elétrica	7.15.1	110.878	115.282
Subsídios tarifários	7.15.1	5.085	5.734
Receitas de compensação tarifária	7.15.1	(256)	2.754
Receita de constr. de infraestrutura concessão	7.15.1	3.244	4.595
Outras receitas	7.16	1.661	1.856
Deduções da Receita Operacional	7.17	52.085	55.714
Taxas regulamentares	7.17.1	12.866	19.832
Icms	7.17.2	28.236	24.905
Cofins/pasep/iss	7.17.2	10.983	10.977
Receita Operacional Líquida		68.527	74.507
CUSTOS OPERACIONAIS		64.332	68.499
Custo com energia elétrica	7.18	43.241	48.579
Energia elétrica comprada para revenda		35.994	39.696
Encargos de transmissão, conexão		2.524	3.169
Encargos e demais despesas setoriais		1.479	1.119
Custo de construção de infraestrutura concessão		3.244	4.595
Custos de operação	7.19	21.091	19.920
Pessoal		13.076	11.523
Material		938	803
Serviços de terceiros		2.335	1.908
Depreciação e amortização		2.136	1.970
Outras despesas		2.606	3.716
Lucro operacional bruto		4.195	6.008
Receita financeira	7.20	2.934	2.694
Despesa financeira	7.20	(9.608)	(11.732)
Resultando financeiro		(6.674)	(9.038)
Resultado operacional		(2.479)	(3.030)
LUCRO/PREJUÍZO ANTES IMPOSTOS		(2.479)	(3.030)
Contribuição social			0
Imposto de renda			0
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO EXERCÍCIO		(2.479)	(3.030)
Lucro/Prejuízo p/Ação do Capital Social (R\$)		(1,63)	(1,99)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.16 e 31.12.15

Legislação Societária

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONI AL	RESERVA DE LUCROS	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.14 (R\$)	8.300	22	30.146	0	(3.533)	34.935
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de reservas	-	102	(377)	-	-	(275)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(3.030)	(3.030)
SALDOS EM 31.12.15 (R\$)	8.300	124	29.769	0	(6.563)	31.630
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-
Ajustes de reservas	-	19	333	-	-	352
Lucro/prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.479)	(2.479)
SALDOS EM 31.12.16 (R\$)	8.300	143	30.102	0	(9.042)	29.503

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 6	2 0 1 5
<u>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Receitas de venda de energia elétrica	117.368	125.625
Receita de construção de infraestrutura	3.244	4.595
Provisão p/crédito liquidação duvidosa	(451)	(611)
	120.161	129.609
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	39.997	43.984
Custo de construção de infraestrutura	3.244	4.595
Materiais	938	803
Serviço de terceiros	2.335	1.908
Encargos setoriais	12.866	19.832
Outros encargos	2.032	2.994
	61.412	74.116
VALOR ADICIONADO BRUTO	58.749	55.493
Depreciação e amortização	2.136	1.970
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	56.613	53.523
Receitas financeiras	2.934	2.694
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	59.547	56.217
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	6.463	5.861
Encargos sociais (exceto Inss).....	565	511
Benefícios	2.365	2.097
Provisões	1.584	1.402
Indenizações trabalhistas	248	13
Custos imobilizados.....	(388)	(318)
	10.837	9.566
Governos:		
Icms	28.236	24.905
Pis/Cofins	10.983	10.977
Inss	2.239	1.956
Imposto renda e contribuição social	0	0
Outros	65	57
	41.523	37.895
Financiadores:		
Despesas financeiras.....	9.608	11.732
Aluguéis	58	54
	9.666	11.786
Acionistas:		
Remuneração do capita próprio.....		0
Lucros retidos/prejuízos	(2.479)	(3.030)
	(2.479)	(3.030)
VALOR DISTRIBUIDO	59.547	56.217

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 1 6	2 0 1 5
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo líquido do exercício	(2.479)	(3.030)
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/Amortização	2.136	1.970
Baixas Ativo Intangível	172	(255)
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	526	(526)
	2.834	1.189
Geração bruta de caixa	355	(1.842)
Consumidores	(1.175)	3.428
Impostos a Compensar	(320)	5
Estoque	(230)	(412)
Despesas Antecipadas	(173)	(93)
Serviços em Curso	(294)	(219)
Ativos Financeiros Setoriais	(4.925)	135
Ativo não Circulante	129	(419)
Créditos a Receber e Outros	794	(2.035)
	(6.194)	390
Fornecedores	(1.558)	(6.235)
Folha de Pagamento	120	6
Tributos	3.393	8.441
Encargos Setoriais	(102)	6.350
Passivos Financeiros Setoriais	1.932	(78)
Demais Passivos	(3.659)	(11.432)
	126	(2.948)
Geração operacional de caixa	6.675	(4.400)
Atividades de investimentos e financiamentos		
Investimentos no ativo permanente	(3.351)	(3.937)
Contribuição e doação do consumidor	804	995
Empréstimos e Financiamentos	(1.304)	6.054
Dividendos e Juros s/Capital Próprio	0	(2)
	(3.851)	3.110
Geração líquida de caixa	2.824	(1.290)
Saldo das disponibilidades		
No início do período	738	2.028
No fim do período	3.562	738
Aumento (redução) nas disponibilidades	2.824	(1.290)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 e 2015

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de geração própria e distribuição de energia elétrica: Na área de geração a empresa possui duas Pch com potência instalada de 3.100 kW, gerando em torno de 15% da demanda; na área de distribuição a empresa atende a sete municípios da área de concessão, com 36.471 consumidores, localizados na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do Serviço Público de Energia Elétrica.

2. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045
27/12/2000	108/2000	-	-	Geração	17/01/2023

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2022. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo "Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE" e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletrocar.com.br a partir de 30 de abril de 2017.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Despacho 3.371 de 22/12/16 da SFF/Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo "bifurcado" em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

5.1 – Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

5.2 – Ativos e passivos regulatórios – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não inclusas na tarifa. São apropriados ao resultado a medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

5.3 – Ativo imobilizado e depreciação – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

6. Práticas Contábeis Gerais

6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

6.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados - referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/16 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

6.8 - Receita e Custo de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 - Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a "zero", considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética - PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias estão apresentados na conta "Obrigações Estimadas" no Passivo Circulante.

6.11 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

6.12 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão tem vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

6.14 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

6.15 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

6.16 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

6.17 – Ajuste de Avaliação Patrimonial - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC T 19.10, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. É revertida para lucros acumulados pela realização da depreciação e baixas do ativo imobilizado.

6.18 - Empréstimos e financiamentos - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

6.19 - Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

6.20 - Encargos setoriais - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

6.21 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

6.22 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6.23 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos

respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

6.24 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6.25 - Transações entre partes relacionadas - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

6.26 - Demonstrações do valor adicionado - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

6.27 - Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2016	2015
Caixa e depósitos bancários a vista	1.873	501
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	1.556	56
Numerário em Trânsito	133	181
Total	3.562	738

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Créditos a Receber			Total	
	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas +90 dias	2016	2015
Residencial	2.470	1.244	598	4.312	4.614
Industrial	1.508	221	154	1.883	2.592
Comercio e serviços	2.044	500	1.718	4.262	3.770
Rural	579	80	39	698	789
Poder público	66	7	0	73	112
Iluminação pública	18	59	0	77	325
Serviço público	190	6	0	196	239
Serviço taxado e outros	620	89	112	821	320
(-) Arrecadação proc.classific	(112)	0	0	(112)	(57)
Enc. capacidade emergencial	0	0	7	7	7
Renegociação/parcelamentos	1.046	61	222	1.329	1.204
Não faturado	2.263	0	0	2.263	2.619
Participação financeira	86	3	44	133	171
Subtotal	10.778	2.270	2.894	15.942	16.705
(-) Crédito líq. duvidosa	0	0	(1.835)	(1.835)	(1.421)
Total Consumidores	10.778	2.270	1.059	14.107	15.282

Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7.2.1 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	2016	2015
Residencial	599	456
Industrial	154	150
Comercial	856	636
Rural	24	17
Outros	202	162
Total	1.835	1.421

7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética em andamento, apurados através ODS, sendo:

Composição	2016	2015
Pesquisa e desenvolvimento	92	316
Eficiência energética	517	517
Outros	2	72
Total	611	905

7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Icms – compras ativo Imobilizado	207	609	113	279
Outras retenções/compensar	52	52	0	0
Imposto de Renda/Contr. Social	284	201	0	0
Total	543	862	113	279

O saldo de ICMS refere-se a créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/ 48 avos.

7.5 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os Ativos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Ativos e Passivos Regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Ativos				
Ativos regulatórios – em recuperação	1.771	917	0	0
Ativos regulatórios – em formação	724	3.232	0	0
Ativos financeiros	0	0	0	3.272
Total do Ativo	2.495	4.149	0	3.272
Passivos				
Passivos regulatórios – em recuperação	1.935	0	0	0
Passivos regulatórios – em formação	15	17	0	0
Passivos financeiros	0	0	0	3.272
Total do Passivo	1.950	17	0	3.272
Líquido	545	4.131	0	0

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

A partir de 2014 com base no OCPC 08 – Reconhecimento de determinados Ativos ou Passivos nos Relatórios contábil-financeiro de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, o qual visou eliminar possíveis incertezas quanto às diferenças temporais oriundas da CVA e de outros componentes financeiros, os ativos e passivos regulatórios passaram a ser reconhecidos como direitos e obrigações de maneira prospectiva.

Em compensação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2015/2016.

Em formação: É composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 29 de junho de 2016 a 31 de dezembro 2016 os quais deverão integrar o próximo reajuste das tarifas em 2017.

7.6 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Ações cíveis	61	48	0	0
Ações trabalhistas	0	0	370	169
Total	61	48	370	169

7.7 – Créditos a Receber

Composição	2016	2015
Parcelamentos de contas de energia	137	44
Convênios de arrecadação	206	206
Rendas a receber	100	46
Subsídios tarifários	4.632	3.971
Adiantamento a fornecedores	135	124
Serviços a receber	131	194
Outros	196	170
Soma	5.537	4.755
(-) Crédito liquidação duvidosa	(383)	(382)
Total	5.154	4.373

Subsídios tarifários – referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

7.8 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2016	2015
Manutenção do sistema	150	138
Construção	1.486	1.745
Consumo interno	148	156
Outros	39	14
Total	1.823	2.053

7.9 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Encargos de dívidas	16	91	136	153
Despesas revisão tarifária	92	184	0	92
Outras	33	39	0	0
Total	141	314	136	245

7.10 – Aplicações Financeiras de Longo Prazo

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

7.11 – Ativo Intangível e Financeiro

7.11.1 - Pela formação/Natureza

Formação	Em milhares de Reais			
	Intangível	Ativo Financeiro	Avaliação	Total
Intangíveis	39	2.664	375	3.078
Terrenos	0	26	2.580	2.606
Reservatórios e barragens	16	95	188	299
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.546	11	2.393	3.950
Máquinas e equipamentos	43.758	4.168	23.293	71.219
Veículos	615	0	1.226	1.841
Móveis e utensílios	57	0	47	104
Em curso	1.381	0	0	1.381
(-) Obrigações especiais	(5.754)	(2.589)	0	(8.343)
Total	41.658	4.375	30.102	76.135

A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

7.11.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código	Quant	R\$
Postes	255	920	929
Condutores	190	24.529	307
Regulador de tensão	340	8	106
Medidores	295	1.840	201
Transformador de distribuição	565	181	626
Equipamento geral e informática	230/235	25	57
Veículos	615	2	254
Sistema de aterramento	395	422	3
Chave Seccionadora	160	33	15
Banco de capacitores	125	3	16
Religadores	345	1	8
			2.522
Intangíveis	-	-	103
Total Investimentos	-	-	2.625

7.11.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Obrigações Especiais	2016	2015
Contribuição do consumidor	8.135	7.073
Universalização serv. público energia elétrica	132	132
Subvenções para investimentos	951	951
Outras	729	729
(-) Depreciação	(1.604)	(1.346)
Total	8.343	7.539

Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.

7.11.4 - Avaliação Patrimonial

Avaliação Patrimonial	2016			2015		
	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU	VNR	DEPRECIÇÃO	VMU
Intangíveis	158	(217)	375	1.169	628	541
Terrenos	2.580	0	2.580	2.602	0	2.602
Reservatórios	5.978	5.790	188	5.978	5.790	188
Edificações	5.106	2.713	2.393	5.139	2.757	2.382
Maquinas e equipamento	44.291	20.998	23.293	45.327	22.244	23.083
Veículos	2.851	1.625	1.226	2.795	1.957	838
Móveis e utensílios	60	13	47	474	339	135
Totais	61.024	30.922	30.102	63.484	33.715	29.769

A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

7.11.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

7.11.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Arts. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.

7.12 – Passivo Circulante e Não Circulante

7.12.1 Fornecedores

Fornecedores	2016			2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	4.261	0	4.261	5.208	0	5.208
Encargos de uso da rede	234	325	559	229	325	554
Materiais, serviços e outros	1.553	1.154	2.719	1.552	1.771	3.323
Total	6.048	1.479	7.539	6.989	2.096	9.085

7.12.2 Obrigações Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2016	2015
Provisão de férias	561	505
Provisão de gratificação 1/3 de férias	187	168
Provisão de encargos sociais	286	252
Tributos retidos na fonte	83	71
Outros	5	6
Total	1.122	1.002

- Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e de encargos sociais sobre as provisões
- Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte-Irf e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.

7.12.3 Tributos

Tributos	2016	2015
Icms - faturamento	5.384	1.052
Icms - parcelamento	6.591	3.948
Inss	249	222
Imposto de renda e contribuição social	29	29
Fgts	74	70
Pis/pasep	90	207
Pis/pasep – parcelamento	50	110
Cofins	417	955
Cofins – parcelamento	124	0
Outros	32	12
Total	13.040	6.605

- Icms Parcelamento - referem-se a débitos de icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica:
 - Em 18/12/13, através do “Programa em Dia 2013” referente débitos declarados em 2013, reparcelados em 120 meses, juros de 1% a.m. e variação anual pela UPF - Unidade Padrão Fiscal/RS.
 - Em 17/11/2015, através do “Programa em Dia 2015” foram parcelados débitos declarados de 2015, parcelados em 30 meses, com juros de 1% a.m.
 - Em 2016 foram parcelados débitos em atraso dos meses de setembro e outubro no valor de R\$2.391, em 06x.
- Icms Faturamento: do valor de R\$5.384, R\$3.820 estão em atraso, referente aos meses de outubro a dezembro.
- Pis/Cofins parcelados- Débitos de compensações de créditos não aceitas pela receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.
- Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.12.3.1 – Tributos Parcelados:

Tributo	Taxas	Prazo meses	Datas		31.12.16			31.12.15		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Icms	1%am	120m	31/08/13	31/07/25	580	4.543	5.123	757	6.645	7.402
Icms	1%am	120m	31/08/15	31/07/27	255	1.951	2.206	3.191	4.728	7.919
Icms	1%am	30 m	31/10/16	31/10/18	3.756	1.344	5.100	0	0	0
Icms	1%am	06 m	27/11/16	30/04/17	2.000	0	2.000	0	0	0
Pis	1%am+Selic	120m	25/08/14	31/08/25	23	175	198	110	134	244
Pis	1%am+Selic	60 m	22/01/16	31/01/20	27	80	107	0	0	0
Cofins	1%am+Selic	60 m	22/01/16	31/01/20	123	371	494	0	0	0
Soma					6.764	8.464	15.228	4.058	11.507	15.565

7.12.4 Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	2016	2015
Taxa de fiscalização – ANEEL	11	11
Conta de desenvolvimento energético – CDE	5.160	4.110
Encargo de capacidade emergencial – ECE	44	44
Programa eficiência energética – PEE	4.248	3.529
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	1.039	1.125
Adicional bandeira vermelha	78	1.863
Total	10.580	10.662

• CDE – Conforme Liminar obtida judicialmente contra a Eletrobrás, permitindo a compensação entre os créditos a receber de Subsídios e os débitos a pagar da conta CDE. Contabilmente este encontro de contas ainda não ocorreu, pois, os saldos a pagar estão sendo depositados judicialmente.

• Pee e P&d - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.

Saldo dos programas Pee e P&D	2016			2015		
	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido	A aplicar	Em aplicação	Saldo Líquido
Pee	4.208	(517)	3.691	3.529	(517)	3.012
P&d	1.014	(92)	922	1.092	(92)	1.000
Fndtc	17	0	17	22	0	22
Mme	9	0	9	11	0	11
Procel	40	0	40	0	0	0
Total	5.288	(609)	4.679	4.654	(609)	4.045

7.12.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	Circulante		Não Circulante	
	2016	2015	2016	2015
Seguradoras	15	7	0	0
Indenizações trabalhistas	49	141	0	0
Convênios arrecadação por conta terceiros	365	423	0	0
Multas regulatórias – TAC	43	86	0	117
Efeito financeiro Res 243/06	0	175	0	0
Indenizações Violações/Danos Elétricos	41	13	0	0
Outras	36	49	0	0
Total	550	894	0	117

• Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas. O item de maior volume refere-se a Contribuição para o Custeio da Iluminação

Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública.

- Multas regulatórias - refere-se a multas regulatórias aplicadas pela Aneel pelo descumprimento de metas estabelecidas em TAC – Termo de Ajustamento de Conduta.

7.12.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas	Prazo meses	Datas		31.12.16			31.12.15		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Eletrobrás (1)	5%aa+RGR	120m	31/07/05	31/07/16	0	0	0	2	0	2
Eletrobrás (2)	5%aa+RGR	120m	10/01/07	30/12/19	2	2	4	2	4	6
Eletrobrás (3)	5%aa+RGR	60 m	24/03/09	30/10/16	0	0	0	312	0	312
Eletrobrás (4)	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	934	6.930	7.864	934	7.864	8.798
Badesul	6%aa+TJLP	48 m	14/11/06	15/12/12	870	4.560	5.430	862	5.327	6.189
Cef	3,96%aa+CDI	120m	22/11/11	22/02/21	537	1.667	2.204	526	2.193	2.719
Cef	202% do CDI	60 m	24/02/16	25/02/21	476	4.654	5.130	0	0	0
Santander	5,91%aa+CDI	36 m	07/08/14	07/08/18	1.546	1.031	2.577	1.621	2.026	3.647
Santander	7,70%aa+CDI	60 m	17/11/15	17/11/20	1.310	3.821	5.131	673	4.516	5.189
Banrisul	5,50%aa	60 m	30/03/11	15/04/16	0	0	0	6	0	6
Banrisul	9,56%aa	60 m	26/07/11	15/08/16	0	0	0	35	0	35
Banrisul	5,35%aa	36 m	11/12/13	20/12/17	766	11	777	774	770	1.544
Banrisul-CR		12 m	04/11/15	04/11/16	0	0	0	611	0	611
Banrisul-Finam	6,00%aa	36 m	04/02/15	10/04/20	41	94	135	41	134	175
Banrisul-Finam	6,00%aa	60 m	04/02/15	10/04/20	27	62	89	27	88	115
Banrisul	15,94%aa+CDI	24 m	01/12/15	15/12/17	1.518	0	1.518	1.567	1.500	3.067
Banrisul	6,00%aa	12 m	12/12/16	12/12/17	457	0	457	0	0	0
Banrisul	6<00%aa	48 m	03/05/16	10/07/20	75	136	211	0	0	0
Bco. Itaú	18,86%aa	24 m	29/09/14	29/09/16	0	0	0	331	0	331
Bco. Itaú	26,08%aa	36 m	28/10/15	30/10/18	194	149	343	178	302	480
Sicredi	20,94%aa	24 m	08/09/14	05/03/16	0	0	0	6	0	6
Consumidores	6,00%aa+Ilgpm	06 m	28/10/16	28/01/18	58	0	58	0	0	0
Total					8.811	23.117	31.928	8.508	24.724	33.232

- Os empréstimos junto a Eletrobrás ^{(1),(2)} foram obtidos para investimentos em Projetos de Eletrificação Rural – Luz para Todos, cfe. Decreto Nº 4.873 de 11.11.2003.
- Os empréstimos junto a Eletrobrás ⁽³⁾ foram obtidos para investimentos na expansão e melhoria do sistema elétrico.
- Os empréstimos junto a Eletrobrás⁽⁴⁾ e Badesul foram obtidos para investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.
- Os empréstimos junto ao Banrisul/Finame foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos/equipamentos informática.
- Os empréstimos junto ao Bco. Sicredi foram obtidos para financiamento de aquisição de veículos e capital de giro de curto prazo.
- Os empréstimos junto aos bancos Itaú, Cef e Santander foram obtidos para financiamentos de capital de giro de curto prazo.
- Os empréstimos junto a consumidores, por antecipação de aporte de recursos por parte de consumidores, para viabilização de empreendimento e atendimento de pedido para fornecimento de energia elétrica.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Eletrobrás	936	935	934	934	934	935	935	389	6.932
Badesul	842	842	842	842	842	350	-	-	4.560
Cef	1.996	1.996	1.996	333	-	-	-	-	6.321
Santander	2.668	1.638	546	-	-	-	-	-	4.852
Itaú	149	-	-	-	-	-	-	-	149
Banrisul	131	120	52	-	-	-	-	-	303
Total	6.722	5.531	4.370	2.109	1.776	1.285	935	389	23.117

7.12.7 – Provisões Passivas:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Contingências	2016		2015	
	Provisão	Dep.Judicial	Provisão	Dep.Judicial
Trabalhistas	470	371	420	169
Cíveis	1.031	61	1.006	48
Total	1.501	432	1.426	217

• Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.

• Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica.

• Contingências Regulatórias (não provisionadas) - A Companhia foi autuada pela Aneel em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas e aguarda julgamento, cuja possibilidade de perda é avaliada como possível em R\$650 mil.

A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.

7.13 – Patrimônio Líquido

7.13.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/16 é de R\$8.300.000,00, representado por 1.524.935 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.504.023 ações ordinárias; 20.865 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações		Capital Social R\$	%
		2016	2015		
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.442.100	1.442.100	7.368.624,57	94,5680
Roberto Neves Rodrigues	ON	15.400	15.400	80.517,22	1,0099
Prefeitura M. de Chapada	ON	34.041	34.041	177.634,86	2,2323
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	64.829,94	0,8122
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	467,97	0,0056
Diversos	PN	20.922	20.922	607.925,44	1,3720
Total		1.524.935	1.524.935	8.300.000,00	100,000

• O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/16 é de R\$20,74 e R\$19,35 em 31/12/15

7.13.1.1 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

7.13.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

7.13.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/05/2015 ajustado para 2016.

Avaliação	2016	2015
Valor novo de reposição	61.024	63.483
Depreciação	(30.922)	(33.714)
Total	30.102	29.769

7.13.4 – Prejuízos Acumulados

Composição	Ano	Saldo
2012	(3.734)	(3.734)
2013	(2.728)	(4.097)
2014	2.929	(3.533)
2015	(3.030)	(6.563)
2016	(2.479)	(9.042)

7.14 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2016	2015
Lucro/Prejuízo do Exercício	(2.479)	(3.030)
+ Provisões	23.519	12.147
- Reversão de provisões	(22.994)	(11.520)
Base de cálculo IR	(1.954)	(2.403)
Imposto de Renda	0	0
Contribuição Social	0	0
Total Tributos a recolher	0	0

7.15 – Receita Operacional

7.15.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo:

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Fornecimento Faturado:						
Residencial	28.237	27.936	58.230	56.273	45.144	44.158
Industrial	205	206	40.627	39.180	20.761	22.901
Comercial	3.684	3.653	40.021	41.415	29.303	30.736
Rural	3.929	3.900	19.640	18.977	7.929	8.308
Poder público	375	337	3.748	3.598	2.701	2.675
Iluminação pública	9	9	9.166	8.812	3.475	3.686
Serviço público	23	20	4.877	5.220	2.530	2.850
Consumo próprio	9	8	229	218	0	0
Receita Faturada E.Elétrica	36.471	36.069	176.538	173.693	111.843	115.314
Demais receitas:						
Não faturado	-	-	-	-	(356)	563
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(609)	(595)
Receita de construção	-	-	-	-	3.244	4.595
Subsídios tarifários	-	-	-	-	5.085	5.734
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	(256)	2.754
Outras receitas	-	-	-	-	1.661	1.856
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	120.612	130.221

7.15.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

7.15.3 - Receita não faturada, correspondente ao período não lido é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

7.15.4 - Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda, conforme Res 463 de 22/11/11, sub-módulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.15.5 - Receita de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.15.6 - Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela Eletrobrás.

7.16 – Outras Receitas

Receitas	2016	2015
Renda da prestação de serviços	370	431
Serviço taxado	301	225
Aluguéis	611	492
Arrecadação de convênios	248	235
Lucro na alienação/desativação	38	42
Outras	93	431
Total	1.661	1.856

7.17 – Deduções a Receita Operacional

7.17.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2016	2015
Taxa de fiscalização	134	123
Conta de desenvolvimento energético – CDE	10.263	12.177
Bandeiras Tarifárias	1.829	6.856
Programa de eficiência energética	320	338
Programa de pesquisa e desenvolvimento	320	338
Total	12.866	19.832

• **Adicional bandeira:** Conforme determinado pelo Decreto nº 8.401, emitido em 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel. A Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica – Aneel lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, consequentemente um acréscimo maior no faturamento.

7.17.2 - Impostos

Impostos	2016	2015
Icms	28.236	24.905
Cofins	8.996	8.992
Pis/pasep	1.951	1.952
Iss	36	33
Total	39.219	35.882
Total das deduções	52.085	55.714

7.18 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2016	2015	2016	2015
Energia comprada	172.375	162.223	36.534	37.733
Demanda	-	-	0	551
Encargos de uso da rede	-	-	2.780	2.912
Microgeração	-	-	6	1
Proinfa	-	-	1.480	1.119
Passivo financeiro	-	-	3.272	6.415
Custo de construção	-	-	3.244	4.595
(-) Créditos pis/cofins	-	-	(4.075)	(4.747)
Custo total	172.375	162.223	43.241	48.579

7.19 – Custos operacionais

7.19.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2016	2015
Pessoal – empregados	12.252	10.690
Administradores	824	833
Material	938	775
Serviço de terceiros	2.335	1.908
Custo com energia comprada	39.997	43.984
Custo de construção infraestrutura	3.244	4.595
Aluguéis	58	54
Seguros	61	50
Depreciação/amortização	2.136	1.970
Impostos e taxas	66	57
(-) Recuperação de despesas	(328)	(269)
Outras despesas	1.980	2.866
Provisões/reversões	526	627
Baixa bens ativo	172	239
Outras	71	120
Total	64.332	68.499

7.20 – Resultado Financeiro

7.20.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2016	2015
Rendimentos de aplicações financeiras	386	17
Acréscimos moratórios contas energia	1.876	1.243
Juros de títulos a receber	9	290
Atualizações	667	1.149
Outras	(4)	(5)
Total	2.934	2.694
Despesas		
Encargos de dívidas	3.131	4.485
Juros bancários/iof	5.191	2.957
Juros e multas	49	1.063
Multas	756	2.779
Transferências para ordens em curso	0	(36)
Outras	481	484
Total	9.608	11.732
Resultado	(6.674)	(9.038)

7.21 – Seguros

Os principais ativos em serviço da empresa estão cobertos por apólices de seguros, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	R\$	Início	Término
Instalações e Equipamentos	23.980.000,00	16/08/16	16/08/17
Risco principal - Incêndios, Raios, Explosões		-	-
- Danos Elétricos	2.377.000,00	-	-
- Vendaval/Fumaça	2.925.000,00	-	-
Automóveis	Vlr mercado	2016	2017

7.22 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.23 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/16 e 31/12/2015 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

7.24 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis/Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.25 – Transações com Partes Relacionadas

A empresa tem transações com partes relacionadas principalmente em função da sua atividade, que é o fornecimento de energia elétrica. Com o acionista controlador a empresa tem créditos a receber de operação de alienação de um imóvel no valor de R\$2.400.000,00 em parcelas a receber de 2016 a 2017 e que foram cedidas a credores para pagamento de dívidas.

7.26 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.27 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho.

7.28 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

Nas áreas de usinas e barragens, a empresa desenvolve ações de monitoramento da qualidade da água e programas de conservação e vegetação das margens dos reservatórios através da implantação de Área de Preservação Permanente.

7.29 – Eventos Subseqüentes

Foi aprovado processo extraordinário de ajuste na tarifa das distribuidoras de energia elétrica. O objetivo é reverter os efeitos da inclusão da parcela do Encargo de Energia de Reserva (EER) correspondente à contratação da usina de Angra III no ano de 2016.

O procedimento tem duas etapas. Na primeira, durante o mês de abril, a tarifa será reduzida para reverter os valores de Angra III incluídos desde o processo tarifário anterior e, ao mesmo tempo, deixará de considerar o

custo futuro do EER dessa usina. Na segunda etapa, que começa em 1º de maio e permanece até o próximo processo tarifário de cada distribuidora, a tarifa apenas deixará de incluir o EER de Angra III.

O efeito prático dessa reversão é o deslocamento da parcela de EER referente à usina de Angra III, isto é, em vez de o componente ser capturado pelos consumidores em 12 parcelas (com a remuneração pela SELIC) a partir do processo tarifário de cada distribuidora, esse movimento fará a reversão em um único mês. O percentual a ser aplicado aos consumidores da Companhia é de 9,32%.

7.30 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício 2016:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$120.612 sendo 7,38% inferior a 2015 que foi de R\$130.221. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica foi de R\$111.843 contra R\$115.314 em 2015, sendo 3,01% inferior a 2015.

lcms s/Faturamento Energia Elétrica: O lcms faturado foi de R\$28.236 em 2016 e de R\$24.905 em 2015, tendo um aumento de 13,37%.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$10.983 em 2016 e R\$10.977 tendo um aumento de 0,06%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$12.866 em 2016 e R\$19.832 em 2015 tendo uma diminuição de 35,12%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2016 foram de R\$13.076 e em 2015 foi de R\$11.523 tendo uma variação de 13,48%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$39.997 em 2016 e R\$43.984 em 2015, tendo uma diminuição de 9,06%.

A compra de energia para revenda foi de R\$36.535 em 2016 e de R\$37.734 em 2015, tendo uma variação negativa de 3,18%.

O Proinfra teve um aumento de 32,24% sendo de R\$1.479 em 2016 e R\$1.119 em 2015.

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$1.388 em 2016 e R\$2.912 em 2015, tendo uma variação negativa de 52,35%.

Efeitos financeiros da Res. 243/06 (passivo financeiro) em 2016 foi de R\$3.272 e em 2015 de R\$6.415 tendo uma variação negativa de 48,99%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações, foram de R\$5.879 em 2016 e R\$6.427 em 2015 tendo uma diminuição de 8,49%.

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$2.934 em 2016 e R\$2.694 em 2015 tendo uma variação de 8,92%.

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$9.608 em 2016 e R\$11.732 em 2015, tendo um a variação negativa de 18,10%.

Lucro Ajustado para Dividendo: Não houve lucro nos exercícios.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$4.195 em 2016 e de R\$6.008 em 2015, tendo uma redução de 30,17%.

EBITDA: Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2016 foi de R\$6.331 e em 2015 de R\$7.978.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi negativo em R\$7.372 em 2016 e R\$6.006 em 2015.

Lucro ou Prejuízo do Exercício: O prejuízo do exercício foi de R\$(2.479) em 2016 e de R\$(3.030) em 2015.

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2016	2015
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,08	0,02
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,68	0,83
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,45	1,06
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,72	0,71
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	(0,08)	(0,10)
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,94	0,95
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,70	0,69
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,19	0,14
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,58	0,59
EBITDA	Lucro Exercício + Depreciação	R\$	6.331	7.978

7.31 – Fatos Relevantes

Em 31 de janeiro de 2017 o governo do estado editou o Decreto nº 53.417 instituindo o programa “Refaz 2017” que implementou medidas de parcelamento e reparcelamento de débitos do Icms declarados, com condições de redução de juros e multas e prazos de pagamento, sendo a data final para adesão em 26/04/17. As principais condições são: débitos vencidos até 30/06/16 podem ser parcelados em até 120 meses; débitos vencidos de 01/07/16 à 31/12/16 em até 60 meses. Conforme NE 7.12.3.1 a empresa tem débitos pendentes no valor de R\$5.385 que podem ser parcelados em 60 meses e débitos parcelados em 30 meses de R\$5.100, que podem ser reparcelados em 60 meses. Há a intenção da empresa em aderir ao programa no mês de abril de 2017.

A empresa colocou a venda, através de leilão, a venda do patrimônio de suas duas usinas; Pch Colorado e Pch Mata Cobra, esperando arrecadar cerca de dezenove milhões de reais, os quais irão compor o fluxo de caixa para fazer frente ao endividamento.

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Carazinho/RS

RAFAEL SANT'ANNA DE MORAES
Presidente
CPF 650.072.120-91

MARCIO SENGER ROSEMBERG
Diretor Adm/Financeiro
CPF 011.008.330-05

FELIPE MARTIMIANO SALVIA
Diretor Comercial
CPF 251.781.300-06

CHARLES ANTONIO SETTI
Diretor Técnico
CPF 426.280.400-34

RUI LUIZ TOSO
Contador CRC/RS 40.629
CPF: 273.968.430.49

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Acionistas da
CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR
Carazinho - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **CENTRAIS ELÉTRICAS DE CARAZINHO S/A - ELETROCAR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ELETROCAR** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **ELETROCAR**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da **ELETROCAR**, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da **ELETROCAR**. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da **ELETROCAR** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a ELETROCAR continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a ELETROCAR ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da ELETROCAR são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da ELETROCAR.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da ELETROCAR. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a ELETROCAR a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – S - SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3 – S - SP
Sócio Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS – 65.932/O-7 – S - SP
Sócia Responsável Técnica

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - Eletrocar, eleitos em 31 de dezembro de 2016, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS 14 de abril de 2017

LÍDIO CAGLIARI JUNIOR
Membro
CPF 736.812.880-20

JEAN MARCEL DOS SANTOS
Membro
CPF 025.075.700-16

JOÃO ALBERI MARTINS MAFALDA
Membro
CPF 347.314.150-04

MÁRIO MARTINS NASCIMENTO
Membro
CPF 162.750.040-53

TIAGO DIAS DE MEIRA
Membro
CPF 932.414.100-72

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, eleitos em 31 de dezembro de 2016, no uso das atribuições legais e estatutárias e tendo como base os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, decidem aprovar as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2016**, submetendo-os à deliberação final da Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 14 de abril de 2017

ERMÓGENES BODANESE
Presidente
CPF 525.735.919-72

FRANCISCA DOERING
Vice-Presidente
CPF 973.713.780-91

JOSÉLIO GUERRA
Membro
CPF 586.332.600-00

JOSÉ CARLOS CENCI
Membro
CPF 326.630.800-04

GILSON ANTÔNIO HAUBERT
Membro
CPF 556.380.580-97

